

Pontos obscuros da nova política econômica

RIBAMAR OLIVEIRA

Embora o perfil da equipe econômica do governo Bolsonaro já esteja definido, com a predominância daqueles que passaram pela Universidade de Chicago, os chamados "Chicago Oldies", as propostas para resolver os principais problemas econômicos do país continuam obscuras. Qual será, por exemplo, a fórmula para corrigir o salário mínimo a partir de janeiro de 2020? A regra atual só vale até o próximo ano.

"Chicago Oldies" é como os próprios assessores do futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, chamam a si mesmos, numa referência brincalhona aos "Chicago Boys", o grupo de jovens economistas formados pela universidade americana que implantou um modelo econômico liberal no Chile, na década de 1970. Os brasileiros formados em Chicago e que comandarão a economia a partir do próximo ano já não são tão jovens assim, embora continuem adeptos do liberalismo econômico. Alguns deles, no entanto, preferem ser chamados de "Chicago Uncles".

O time reunido por Guedes tem uma clara orientação econômica. Ele é favorável à privatização de empresas estatais, a favor da abertura da economia, lutar pelo equilíbrio fiscal, com redução dos gastos, considera que a carga tributária é elevada e acha excessiva a atual regulação da economia brasileira. Além disso, alguns deles, como é o caso do ex-ministro Joaquim Levy, têm larga experiência na administração pública.

Até agora, só o perfil da nova equipe é conhecido

É claro que o perfil da nova equipe tranquiliza o mercado, que não quer passar por mais uma experiência "desenvolvimentista". Mas, até agora, não há manifestações oficiais sobre problemas objetivos, que absorverão a nova equipe nos próximos meses e anos.

A definição da nova fórmula de correção do salário mínimo é fundamental, pois ela pode ter forte impacto sobre as contas públicas,

uma vez que os benefícios previdenciários e assistenciais estão atrelados ao mínimo. A regra atual, que prevê reajuste pela inflação dos últimos 12 meses mais um aumento equivalente ao crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB) de dois anos antes, só valerá até 2019. A nova equipe econômica vai propor que o piso salarial seja corrigido apenas pela inflação? Ou irá além e proporá a desvinculação dos benefícios previdenciários e assistenciais do mínimo?

Embora alguns assessores de Guedes já tenham afirmado, em conversas de bastidores, que o novo governo manterá o teto de gastos, o futuro ministro da Economia ainda não se manifestou claramente sobre o tema. Se for mantido, como o governo agirá a partir de 2020, quando, de acordo com as projeções da maioria dos analistas, ficará cada vez mais difícil manter a despesa da União dentro do limite constitucional?

Em 2019, o governo não vai cumprir a chamada "regra de ouro"





das finanças públicas. O presidente Jair Bolsonaro terá que passar pelo desgaste de pedir ao Congresso Nacional um crédito suplementar de R\$ 258,2 bilhões para executar parte substancial das despesas orçamentárias.

A Constituição determina que as operações de crédito da União não podem superar o montante das despesas de capital (ou seja, os investimentos, as inversões financeiras e as amortizações da dívida), o que foi chamado de "regra de ouro" das finanças públicas. Em 2019, o governo não vai cumprir a regra e a previsão é que não o fará também nos anos seguintes. A nova equipe vai propor uma mudança da regra?

Há um problema de curto prazo. No dia 31 de dezembro, acaba o subsídio concedido pelo governo ao óleo diesel, que decorreu de acordo firmado com lideranças dos caminhoneiros, depois da greve que paralisou o país em maio deste ano. O novo governo renovará o subsídio?

Embora Guedes já tenha defendido com ênfase a reforma da Previdência, até agora não se sabe qual será a proposta a ser apresentada. O governo vai aproveitar o projeto já aprovado pela Comissão Especial da Câmara dos Deputados e fazer modificações? Ou apresentará outra proposta?

Um dos principais responsáveis no governo Michel Temer pela negociação da reforma da Previdência observou, em conversa com o Valor, duas coisas: as mudanças no projeto já aprovado só poderão ser feitas com base nas emendas que foram apresentadas durante as discussões da proposta na Comissão Especial; se apresentar nova proposta, o governo perderá pelo menos seis meses em negociações no Congresso.

Ainda está obscuro também a maneira como o governo vai compensar a isenção do Imposto de Renda de quem ganha até cinco salários mínimos. Por fim, não há clareza sobre como será feita a desvinculação das receitas orçamentárias e nem qual, afinal, é a proposta de reforma tributária.

Regra de ouro

O governo refez as contas e constatou que a insuficiência para cumprir a "regra de ouro" em 2019 é bem menor do que inicialmente projetou. A proposta orçamentária do próximo ano foi elaborada com a previsão de que haveria um "rombo" de R\$ 258,2 bilhões. Agora, a área econômica estima que a insuficiência poderá ficar em R\$ 109,2 bilhões - menos da metade.

Uma insuficiência de R\$ 258,2 bilhões significa que esse é o valor das operações de crédito a serem

realizadas em 2019 que supera as despesas de capital previstas para o próximo ano. Ou seja, o governo está pagando despesas primárias, como benefícios previdenciários, com operações de crédito.

A redução do "rombo" projetado decorre do uso do "lucro" contábil do Banco Central obtido no primeiro semestre deste ano, que não tinha sido considerado anteriormente, e de outras fontes de receita, de acordo com o relatório de receitas e despesas relativo ao quinto bimestre.

O dado significativo e que precisa ser avaliado, no entanto, é que, mesmo com a redução prevista para a insuficiência da "regra de ouro", o governo terá que pedir ao Congresso Nacional um crédito suplementar de R\$ 258,2 bilhões para custear despesas que foram colocadas no Orçamento, mas com execução condicionada à abertura desses créditos. Ou seja, o governo terá que pedir autorização para emitir R\$ 258,2 bilhões em títulos públicos, embora vá precisar de menos da metade desse montante. O pedido do crédito suplementar terá que ser aprovado por maioria absoluta dos deputados e dos senadores.

Ribamar Oliveira é repórter especial e escreve às quintas-feiras

E - m a i l :
ribamar.oliveira@valor.com.br

Com superministério, governo federal terá de reformular conselho monetário

Mariana Carneiro

BRASÍLIA- A composição do CMN (Conselho Monetário Nacional) deverá ser alvo de avaliação e mudança pela nova equipe econômica, liderada por Paulo Guedes.

O órgão é formado hoje pelos ministros da Fazenda e do Planejamento e pelo presidente do Banco Central.

Com a reforma ministerial em estudo no governo do presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL), os Ministérios da Fazenda e do Planejamento serão fundidos, o que vai afetar a funcionalidade do conselho.

Guedes teria dois assentos, acabando com a votação dentro do grupo.

É o CMN que define questões

relevantes, como a fixação da meta de inflação e as regras de atuação no mercado bancário, por exemplo.

Questionado sobre a perda de funcionalidade do conselho, o atual presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, afirmou que esta será uma decisão do novo governo.

"É uma questão que o novo governo vai certamente pensar a respeito, tomando a decisão, não cabe ao BC se manifestar. Tenho certeza de que o novo governo vai ter de se pronunciar, dada a mudança ministerial", afirmou Ilan.

O presidente do BC deverá ficar no cargo por um período de transição, até que o substituto já designado, Roberto Campos Neto, seja sabatina-do pelo Senado.

A previsão é que Ilan fique no cargo até março, quando o novo presidente assume o BC.

Os demais diretores deverão permanecer por mais tempo e o atual diretor de política econômica, Carlos Viana, que chegou a ser cotado para substituir Ilan, já sinalizou que ficará um período mais longo na instituição.

Um dos projetos que Han ajudou a desenvolver até a sua saída é a independência do BC, cujo texto foi distribuído a líderes partidários na semana passada.

A reformulação do CMN com a inclusão de mais participantes, como chegou a ser aventada pelo relator, deputado Celso Maldaner (MDB-SC), não faz parte do texto final entregue aos parlamentares.

"É uma discussão que está no Congresso, não nos cabe nos anteciparmos ao Congresso, mas gostaríamos de aprovar a autonomia do BC", disse Han.

Estrutura de novo ministério está em fase final de criação

O futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, pretende anunciar nesta quinta-feira (29) a estrutura da pasta e os nomes para comandar as secretarias.

Guedes ainda discute pontos da nova estrutura, como a possível união das secretarias da Receita e de Previdência. Nesse caso, Marcos Cintra comandaria a área.

Se a Previdência ficar separada, um dos nomes cotados é o do economista Leonardo Rolim, consultor da Câmara.

Waldery Rodrigues Júnior deverá comandar a secretaria da Fazenda. Guedes manteve Mansueto Almeida no Tesouro e terá o empresário Salim Mattar, da Localiza, na secretaria de privatizações. LA

Enfim, controle dos incentivos

O Brasil queimou centenas de bilhões de reais desde a crise de 2008- 2009 em inúteis benefícios fiscais e financeiros concedidos a grupos e setores selecionados pelo governo. Apesar desse volume gigantesco de incentivos, o País cresceu bem menos que vários vizinhos sul-americanos, entrou numa funda recessão e acumulou graves problemas nas finanças públicas. O resultado poderia ter sido bem melhor, ou, na pior hipótese, bem menos desastroso, se o governo tivesse monitorado a política de subsídios, avaliado custos e benefícios e cobrado resultados em troca das vantagens concedidas. O presidente Michel Temer acaba de instituir formalmente esse controle, por meio de um decreto publicado ontem.

O enorme custo e o escasso retorno dos vários programas de incentivos já haviam sido apontados por autoridades e técnicos do Ministério da Fazenda e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). O desperdício, tão danoso ao País quanto lucrativo para os setores e grupos favorecidos, já era bem visível no período petista. Mas só se tornou tema de exame crítico no governo depois da troca de guarda na Presidência da República, há pouco mais de dois anos.

A partir daí, os ministros da Fazenda e do Planejamento se empenharam em conter a sangria, tentando, por exemplo, reverter a desoneração da folha de pagamentos de dezenas de setores. Mas sempre encontrando forte resistência no Congresso. A eliminação ainda parcial desse benefício só ocorreu como parte da negociação da tabela do frete rodoviário, há poucos meses.

Os gastos com subsídios passaram de 3% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2003 para 6,7% em 2015, de acordo com dados do Ministério da Fazenda. Em 2016 a soma chegou a R\$ 379 bilhões, valor correspondente a 6,4% do PIB. O total destinado a esses benefícios diminuiu no ano passado para R\$ 354,7 bilhões, passando a 5,4% do PIB. Técnicos da Fazenda explicam esse recuo chamando a atenção para algumas mudanças políticas, como a reformulação do Fies, o Fundo de Financiamento Estudantil, e para a redução da taxa básica de juros. Com a baixa dos juros, diminuiu o

custo do dinheiro levantado pelo Tesouro para custear os subsídios.

O desperdício multibilionário dos incentivos é facilmente visível quando se compara o desempenho econômico brasileiro com o dos países vizinhos. Em dez anos até 2017 o PIB do Brasil cresceu cerca de 13,4%. Além dos números negativos de 2009, 2015 e 2016, houve resultados muito modestos em 2012, 2014 e 2017. Nos mesmos dez anos o PIB da Colômbia aumentou pouco mais de 28% – mais que o dobro, portanto, do avanço conseguido na maior economia da região. Chile, Peru, Paraguai e Bolívia também exibiram maior dinamismo e fecharam o período com desajustes bem menores que os da economia brasileira.

Apesar do esforço dos ministros da Fazenda e do Planejamento, a política de incentivos mal planejados continua prejudicando as finanças da União, dificultando a arrumação das contas públicas e travando – por sua custosa inutilidade – o crescimento econômico do País. Neste ano, até outubro, as desonerações tributárias custaram R\$ 69,26 bilhões. No ano passado, no mesmo período, o custo foi pouco menor e chegou a R\$ 67,98 bilhões.

Em 2018, só a desoneração da folha de pagamentos consumiu R\$ 9,22 bilhões. Pode-se falar em perda, sem risco, porque esse tipo de benefício nunca elevou o emprego nem preveniu a enorme desocupação.

Tampouco se refletiu em maior poder de competição, como indica o desempenho geralmente modesto da indústria nos mercados globais. No caso do setor automobilístico, longamente beneficiado por incentivo à inovação, o desperdício é bem visível. As exportações do setor continuam concentradas na vizinhança, especialmente no Mercosul, com escassa disputa de espaço em outras áreas. Apesar disso, um novo programa, o Rota 2030, foi aprovado, contra a opinião da Fazenda. Resta muito trabalho, mas a criação do Comitê de Monitoramento e Avaliação dos Subsídios da União pode ser um bom ponto de partida para o novo governo.

Equipe de Guedes prepara proposta para destravar gastos do Orçamento

Medida fiscal. Plano é aprovar no Congresso, já nos primeiros meses do governo Bolsonaro, a desvinculação de boa parte das despesas públicas, para que os recursos sejam aplicados com maior agilidade; hoje, mais de 90% do Orçamento está engessado

Idiana Tomazelli

Adriana Fernandes /
BRASÍLIA

A equipe do futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, trabalha em uma proposta para desvincular boa parte das despesas públicas, facilitando o remanejamento de recursos conforme a necessidade do governo. Segundo apurou o "Estadão/Broadcast", Guedes também quer acabar com gatilhos que corrigem automaticamente salários, aposentadorias e outros benefícios – desindexando os gastos públicos.

O tema é considerado prioritário e deve ser a principal medida fiscal do novo governo, além da reforma da Previdência. As despesas obrigatórias, como aposentadoria e folha de pagamento, consomem hoje 91% do Orçamento, percentual que deve chegar a 98% em 2021 se nada for feito. O destino dessas despesas é estabelecido por lei. Na proposta, não está descartado nem mesmo mexer no mínimo de gastos definido para saúde e educação.

A ideia que está em estudo é apresentar uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para ampliar o alcance do mecanismo que permite a desvinculação de receitas da União e também mexer na estrutura orçamentária. O Brasil tem hoje o Orçamento mais detalhado do mundo, mas isso acaba engessando as despesas e impedindo um remanejamento de acordo com as necessidades mais urgentes.

Já confirmado como integrante do futuro governo, o atual secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, tem alertado a equipe de transição sobre o crescente fenômeno de represamento de recursos nos ministérios. Só neste ano, mais de R\$ 16 bilhões podem ficar parados nas pastas porque os projetos não andaram. Mesmo assim, o governo não pode remanejar o dinheiro para outras áreas por causa do engessamento nas despesas.

"Se você desindexar, desvincular, "destudo", você inverte toda a relação", disse um futuro integrante da equipe econômica do novo governo. Segundo uma fonte da transição, a ideia é deixar o Orçamento com "caixinhas" mais amplas do que no desenho atual para a definição das despesas. Com maior

flexibilidade, a equipe vai argumentar que o próprio Congresso terá maior liberdade para definir as prioridades dos gastos.

Isso poderia ajudar na hora de angariar apoio à medida. A proposta é polêmica e ainda dependerá de uma decisão política do presidente eleito, Jair Bolsonaro, para ser apresentada. Mas a expectativa é que a decisão seja tomada já nos primeiros meses, uma vez que o problema fiscal é o mais grave no diagnóstico traçado pela equipe econômica de transição.

O tema é sensível, pois a equipe sabe que mexer na estrutura orçamentária vai desagradar a interesses políticos. Para aprovar uma mudança na Constituição, são necessários três quintos de votos na Câmara e no Senado. O próprio Ministério do Planejamento tem uma proposta para ampliar um mecanismo que já existe e que permite à União aplicar livremente 30% das receitas com impostos – a Desvinculação das Receitas da União (DRU).

O instrumento, no entanto, tem tido baixa eficácia. A fonte da transição afirma que a ideia em estudo pela equipe será ainda mais ampla do que a defendida pelo Planejamento. Desengessar o Orçamento será uma das frentes de





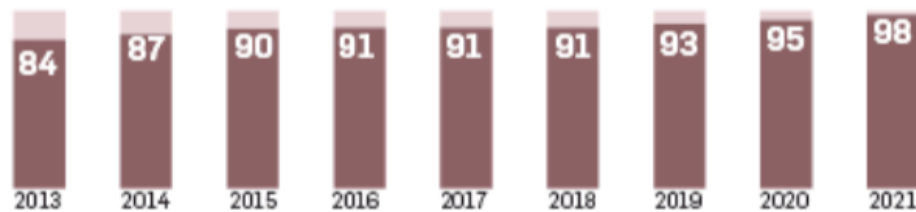
ataque do time de Guedes para tentar solucionar o problema fiscal do País.

As demais serão a reforma da Previdência, uma vez que os benefícios previdenciários são a maior despesa do Orçamento, a redução da dívida pública por meio da venda de ativos, além da contenção das despesas com pessoal com o corte de cargos e funções. / COLABOROU JULIA LINDNER

CAMISA DE FORÇA

Despesas obrigatórias (fixas)

EM PORCENTAGEM DO TOTAL



Composição dos gastos

EM PORCENTAGEM

| | |
|---|------|
| BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS - URBANO | 34,2 |
| PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 22,2 |
| BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS - RURAL | 9,4 |
| SAÚDE (EXCETO PESSOAL) | 7,5 |
| BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA | 4,2 |
| PAC | 2,3 |
| SEGURO-DESEMPREGO | 3,0 |
| EDUCAÇÃO (EXCETO PESSOAL) | 2,6 |
| ASSISTÊNCIA SOCIAL (INCLUI BOLSA FAMÍLIA) | 2,7 |
| SUBSÍDIOS, SUBVENÇÕES E PROAGRO | 1,5 |
| ABONO | 1,3 |
| COMPENSAÇÃO AO INSS PELA DESONERAÇÃO DA FOLHA | 1,1 |
| FUNDEB | 1,0 |
| LEGISLATIVO, JUDICIÁRIO E MPU | 0,9 |
| SENTENÇAS JUDICIAIS E PRECATÓRIOS | 0,8 |
| DEMAIS DESPESAS OBRIGATÓRIAS | 1,6 |
| DEMAIS DESPESAS DISCRICIONÁRIAS DO EXECUTIVO | 3,7 |

FONTE: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

INFOGRÁFICO/ESTADÃO